

Alexandre Almendra, Soc. Unip. Lda
Rua Aniceto do Rosário 7, 2ºdo
2700-059 Amadora
Telm: 913 323 924
Email: alexandre@almendracc.pt

Exmo. Sr.
Fernanda Almeida
Rua David de Sousa, 8 2ºAndar

Lisboa

Obrigado por nos dar a possibilidade de lhe apresentar um orçamento com a nossa melhor proposta.

Procuramos permanentemente a satisfação do cliente através da qualidade, experiência, cumprimento de prazos e economia.

Apresentamos uma solução com as melhores opções técnicas tendo em conta a relação custo/benefício, que pensamos ir de encontro às suas expectativas, de acordo com as seguintes condições:

Morada da Obra
Rua David de Sousa, 8 2ºAndar, Lisboa

Prazo previsto de execução
10 dias úteis.

Valor Global s/iva.
1 200,00 €

Valor Global c/iva
1 353,60 €

Por se tratar de um trabalho de reabilitação para habitação, está-se aplicar a taxa reduzida de iva na mão-de-obra, tendo em conta a seguinte proporção: 60% mão-de-obra com iva 6%, 40% materiais com iva 23%.

Condições de pagamento com iva incluído

60%	1º Pagamento Adjudicação	812,16 €
40%	2º Pagamento Final da Obra	541,44 €

O presente orçamento é válido por um período de 60 dias.

Caso pretenda comparar este orçamento com outros, deverá confirmar se todas as empresas orçamentaram exatamente os mesmos trabalhos e materiais. Só assim é possível a sua comparação.

Se lhe surgir alguma dúvida, não hesite em nos contatar, estamos sempre disponíveis para prestar qualquer esclarecimento.

Esperando que esta proposta seja favorável à escolha dos nossos serviços, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

ORÇAMENTO DETALHADO

ART.	DESCRIÇÃO	LOCAL	UN.	QUANT.	P.UNI.	P.TOTAL
1	Tetos e paredes					
1.1	Preparação e arrumação de estaleiro/espço de trabalho e limpeza geral não técnica no final da obra incluindo todos os trabalhos		vg	1,00		
1.2	Reparação e pintura de tetos e paredes da cozinha e wc, com tinta lavavel acrilica, Cinacryl branco acetinado	cozinha, wc	vg	1,00	1 200,00 €	1 200,00 €
VALOR TOTAL SEM I.V.A.						1 200,00 €
Valor do IVA a 6% (mão-de-obra)*						43,20 €
Valor do IVA a 23% (materiais)*						110,40 €
VALOR TOTAL COM I.V.A.						1 353,60 €

* consulte o Artigo 7.º das Condições Gerais.

CONDIÇÕES GERAIS

Aconselhamos a leitura cuidada e atenta das presentes Condições Gerais antes de contratar os serviços da Almendra Construção Civil.

Artigo Preliminar O facto de efetuar um pedido de prestação de serviços à empresa Almendra Construção Civil implica o conhecimento prévio e aceitação plena e sem reservas por parte do cliente para com as presentes Condições Gerais. Nenhuma condição particular pode, salvo uma aceitação formal e escrita pela Almendra Construção Civil, prevalecer sobre estas Condições Gerais.

Artigo 1.º: Âmbito O presente documento contém as cláusulas contratuais gerais aplicáveis a todos os contratos celebrados entre o Cliente (antes e doravante designado por "Dono de Obra"), e Alexandre Almendra, Sociedade Unipessoal Lda, com sede na Rua Aniceto do Rosário 7, 2ºdo, 2700-059, Amadora, com contribuinte nº 515535036 (antes e doravante designado por "Empreiteiro ou Almendra Construção Civil").

Artigo 2.º: Pressupostos 2.1. Esta proposta tem como objetivo a apresentação ao Dono de Obra de um orçamento discriminado do que se pretende realizar, sendo apenas vinculativa após a visita à obra por um técnico do Empreiteiro.

2.2. O Dono de Obra é responsável por disponibilizar um ponto de água fluente e um ponto de corrente elétrica, caso necessário, para a realização dos trabalhos.

2.3. A presente proposta é válida apenas caso se mantenham as condições do local dos trabalhos e pressupostos acordados na data da

Artigo 3.º: Validade da proposta

A presente proposta é válida por um prazo de 60 dias a contar desta data.

Artigo 4.º: Início O início dos trabalhos fica dependente da verificação cumulativa da disponibilização prévia da parte do Empreiteiro e do Dono de Obra ou seu(s) representante(s), da aceitação com assinatura destes Termos e Condições Gerais e do Contrato que venha a ser estipulado.

Artigo 5.º: Prazo

5.1. O prazo previsto é de 10 dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato ou da data de início dos trabalhos, conforme a que ocorrer mais tarde.

5.2. O prazo previsto no número anterior não contabiliza o tempo necessário para eventuais licenças de ocupação de via pública ou outras licenças em vigor no momento do início da prestação do serviço, trabalhos a mais não constantes nesta proposta bem como condições climatéricas inadequadas à realização dos trabalhos, ou outros problemas inerentes à obra adversos ao normal andamento dos trabalhos.

Artigo 6.º: Revisão de preços A proposta foi considerada em regime de Empreitada por Valor Global (v.g.) podendo, no entanto, sofrer alterações se existirem trabalhos a mais ou a menos, e se após a adjudicação houver intenção de modificar a escolha dos materiais ou equipamentos a

Artigo 7.º: Cálculo do I.V.A.

60% - Percentagem do valor da obra com I.V.A. a 6% (mão-de-obra).

40% - Percentagem do valor da obra com I.V.A. a 23% (materiais).

Artigo 8.º: Condições de pagamento

Valor do orçamento sem I.V.A.: 1 200,00 €

Valor do orçamento com I.V.A.: 1 353,60 €

Cronograma de pagamentos	sem I.V.A.	com I.V.A.
60% 1º Pagamento Adjudicação	720,00 €	812,16 €
40% 2º Pagamento Final da Obra	480,00 €	541,44 €

Artigo 9.º: Exclusões da proposta Estão excluídas taxas e impostos relativos a licenças, requisição de água, luz e seu consumo e projetos de especialidade e/ou licenciamentos.

Artigo 10.º: Fiscalização O Dono de Obra fiscalizará a execução da prestação de serviços e/ou o(s) seu(s) representante(s), que entenda nomear.

Artigo 11.º: Receção dos trabalhos 11.1. Estando concluídos os trabalhos, a pedido do Empreiteiro, ou por iniciativa do Dono de Obra, através de uma convocatória por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias, proceder-se-á à vistoria da obra, com vista à sua receção provisória.

11.2. A vistoria realizar-se-á com a presença Dono de Obra ou seu(s) representante(s) e do Empreiteiro, com vista a atestar a correta execução dos trabalhos.

11.3. Caso se detete alguma irregularidade, será registado em auto de receção provisória que deverá ser assinado por ambas as partes, ou confirmado via correio eletrónico.

11.4. No caso de existir correções a executar, é concedido um prazo razoável ao Empreiteiro para os corrigir.

11.5. O não agendamento ou realização atempada e sem motivo justificado da vistoria por facto imputável ao Dono de Obra tem os efeitos previstos no direito civil para a mora do credor.

11.6. No caso previsto no número anterior, a obra considera-se tacitamente recebida se o Dono de Obra não agendar ou não proceder à vistoria no prazo de 30 dias a contar da data do agendamento da vistoria por parte do Empreiteiro.

Artigo 12.º: Garantia da obra

12.1. Na data da assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o Empreiteiro está obrigado a corrigir os defeitos da obra.

12.2. O prazo de garantia varia de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos:

- a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
- b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
- c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

12.3. Após a data do termino do período de garantia, o Dono de Obra tem 30 dias para o agendamento da vistoria com vista à receção definitiva dos trabalhos. Caso esta prazo seja ultrapassado, a obra considera-se tacitamente recebida.

Artigo 13.º: Comunicações e informações do Dono de Obra 13.1. Consideram-se válidas e vinculativas para ambas as partes todas as comunicações e informações que sejam transmitidas por escrito (incluindo correio eletrónico).

13.2. O Empreiteiro não poderá ser responsabilizado por danos decorrentes da utilização do correio, telefone ou qualquer outro sistema de comunicação, nomeadamente: atraso, perda, não receção, receção truncada, mutilada ou defeituosa, receção parcial, receção em duplicado, viciação, falsificação, desvio e/ou entrega em local ou a pessoa errados de informações ou outros elementos enviados pelo Dono de Obra ou seu(s) representante(s), por qualquer dos meios ou sistemas de transmissão ou comunicação aceites pela Dono de Obra e pelo Empreiteiro (telefone, correio, correio eletrónico, etc.), salvo se tais situações se tiverem ficado a dever a culpa do Empreiteiro.

13.3. O Dono de Obra autoriza expressamente o Empreiteiro a não executar trabalhos a mais, ou a solicitar a sua confirmação por escrito, previamente à execução, sem que lhe possam ser imputadas quaisquer responsabilidades por esta conduta, sempre que, na opinião do Empreiteiro, existam dúvidas quanto às ordens recebidas ou estas não mostrem ser claras ou precisas para defesa dos interesses do Dono de Obra.

13.4. O Dono de Obra reconhece e aceita que o Empreiteiro não execute as ordens recebidas caso não sejam prestadas as informações que forem solicitadas pelo Empreiteiro, ou caso estas constituam um impedimento à realização dessas ordens, não podendo ser imputadas ao Empreiteiro quaisquer responsabilidades decorrentes da sua não realização.

13.5. O Dono de Obra compromete-se a, no prazo máximo de 10 dias, informar o Empreiteiro de qualquer alteração da sua morada e endereço de correio eletrónico, não podendo o Empreiteiro ser responsabilizado por quaisquer prejuízos do Dono de Obra decorrentes da omissão de tal dever.

Artigo 14.º: Comunicações e informações do Empreiteiro 14.1. Consideram-se válidas e vinculativas para ambas as partes todas as comunicações e informações que sejam transmitidas por escrito (incluindo correio eletrónico).

14.2. Todas as comunicações e informações que o Empreiteiro dirija, por escrito, ao Dono de Obra poderão ser remetidas em suporte papel para a morada indicada pelo Dono de Obra em suporte eletrónico através de envio de mensagem de correio eletrónico dirigida ao Dono de Obra para o endereço de correio eletrónico indicado pelo Dono de Obra.

14.3. Salvo quando a lei imponha prazos mais longos, o Dono de Obra deverá contestar quaisquer valores por ele não aceites no prazo máximo de 15 dias a contar da data de receção do relatório enviado.

14.4. Salvo acordo em contrário, a língua de comunicação entre o Dono de Obra e o Empreiteiro é a Portuguesa.

Artigo 15.º: Obrigações gerais de informação do Dono de Obra 15.1. O Dono de Obra obriga-se a, de imediato, expressa e corretamente, informar o Empreiteiro através de documento escrito e devidamente assinado, de toda e qualquer situação de incapacidade (designadamente por interdição ou inabilitação) ou de cessação dos poderes (designadamente por verificação do seu termo ou por revogação de procuração) de o(s) seu(s) representante(s) ou de qualquer procurador ou de qualquer pessoa agindo por conta do Dono de Obra, não assumindo o Empreiteiro qualquer responsabilidade por eventuais danos patrimoniais ou não, que sejam resultado de incapacidade ou falta de poderes supervenientes de qualquer titular que não sejam do seu conhecimento.

15.2. O Dono de Obra obriga-se a informar prontamente o Empreiteiro sobre todos os eventos que se lhe apresentem como relevantes à boa execução do contrato celebrado.

15.3. A falsidade de quaisquer elementos, documentos ou informações prestados ou entregues ao Empreiteiro pelo Dono de Obra, ou por quaisquer pessoas agindo por conta deste e/ou em sua representação, bem como erros ou lapsos constantes dos mesmos, não serão oponíveis ao Empreiteiro, nem poderá este ser responsabilizado por danos decorrentes de tal falsidade, erro ou lapso.

15.4. O Dono de Obra poderá rescindir o seu vínculo contratual com o Empreiteiro a qualquer momento, devendo sempre notificar o Empreiteiro por escrito, ficará o Dono de Obra obrigado ao pagamento de quaisquer ónus e encargos que se comprovem devidos até à data da rescisão total

Artigo 16.º: Reclamações As eventuais reclamações que o Dono de Obra pretenda formular serão tratadas por uma equipa especializada no tratamento de reclamações, devendo ser dirigidas em suporte duradouro ao Empreiteiro, devidamente fundamentadas e acompanhadas de todos os elementos documentais de que o Dono de Obra disponha e que sejam comprovativos do facto objeto da reclamação e num prazo não superior a 20 dias, poderão ser dirigidas através de carta para a sede do Empreiteiro ou por correio eletrónico alexandre@almendracc.pt.

Artigo 17.º: Inquérito de satisfação Após a recepção dos trabalhos contratados e num prazo máximo de 5 dias, a Almendra Construção Civil enviará um inquérito de satisfação por correio eletrónico, o Dono de Obra compromete-se a, no prazo máximo de 20 dias após a receção desse inquérito, responder ao mesmo para controlo de qualidade.

Artigo 18.º: Outras disposições 18.1. Será considerado dia útil, para os termos e efeitos destas Condições Gerais, o dia que não seja Sábado, Domingo ou Feriado.

18.2. O Dono de Obra, e/ou o(s) seu(s) representante(s), presta o seu consentimento a que a Almendra Construção Civil o contacte com vista à comercialização de quaisquer serviços ou a qualquer outra finalidade conexas ou relacionadas com a prestação daqueles serviços.

18.3. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista o Empreiteiro ao abrigo da lei, das presentes Condições Gerais ou de quaisquer estipulações adicionais acordadas entre o Empreiteiro e o Dono de Obra, não importa a renúncia a esse direito nem impede o seu exercício posterior, nem constitui moratória ou novação de quaisquer dívidas.

18.4. A lei aplicável à relação pré-contratual e à relação contratual entre o Dono de Obra e o Empreiteiro é a lei portuguesa.

Artigo 19.º: Dados Gerais do Empreiteiro

- Nome: Alexandre Almendra, Sociedade Unipessoal Lda
- Morada: Rua Aniceto do Rosário nº7, 2Dto, 2700-059 Amadora
- Contribuinte: 515 535 036
- E-mail: alexandre@almendracc.pt
- Telef.:(+351) 913 323 924
- IBAN: PT50 0033 0000 45567374751 05
- SWIFT/BIC: BCOMPTPL

Artigo 20.º: Documentação Oficial

Documento	Validade
Alvará n.º 92712 – PAR (classe 2)	
Seguro de responsabilidade civil: Apólice nº 205393688 ALLIANZ	19-06-2020
Seguro de acidentes de trabalho: Apólice nº 0005587943 TRANQUILIDADE	19-06-2020

CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o Empreiteiro obriga-se a respeitar e proteger a confidencialidade de todas as informações relativas ao Dono de Obra que obtenha através da aplicação dos presentes Termos e Condições Gerais, comprometendo-se a observar, nos termos legalmente estabelecidos, o mais rigoroso sigilo relativamente a essas informações.
- O Empreiteiro fica desde já expressamente autorizado a divulgar todas as informações de que disponha relativas ao Dono de Obra, desde que requeridas por lei, pelas autoridades competentes nos termos previstos na lei à altura em vigor.
- Os elementos e dados recolhidos pelo Empreiteiro no âmbito do processo de prestação de serviços e durante a manutenção desta, terão um tratamento automatizado, destinando-se a integrar um Ficheiro de Dados Pessoais do Empreiteiro que este poderá utilizar, enquanto responsável pelo respetivo tratamento, durante o prazo que considere adequado para a gestão e para realização ou gestão de operações para a adequação do fornecimento de produtos e serviços a cada Dono de Obra, para ações de promoção e marketing de produtos e serviços bem como para o cumprimento de todas as disposições legais ou regulamentares aplicáveis.
- Salvo acordo em contrário por escrito, o Dono de Obra aceita e autoriza, a título gratuito, que o Empreiteiro obtenha informação dos serviços prestados, nomeadamente fotografias e/ou vídeos, antes, durante e após a sua conclusão, para fins de orçamentação e/ou utilização promocional e marketing pelo Empreiteiro em todos os meios de comunicação como a internet, imprensa e em documentos comerciais ou publicitários, a nível local ou nacional divulgados pela Empreiteiro.
- É assegurado ao Dono de Obra o acesso aos seus dados e à sua retificação nos termos da lei, sempre que solicitado por escrito pelo Dono de Obra ao Empreiteiro.

Autorização para tratamento de dados Pessoais

▪Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ▪

O titular dos dados pessoais, autoriza que os mesmos sejam objeto de tratamento que implica, recolha, processamento informático ou não informático, e somente para os efeitos requeridos, não transmissível, com arquivo em local seguro, pelo tempo legalmente necessário, procedendo-se à sua destruição no final do prazo.

Mais informando que o presente consentimento é realizado de forma livre, específica, informada e explícita.

Tomei conhecimento, entendo, dato e assino.

Autorizo ____/____/____

(Assinatura igual ao documento de identificação)